ANTI CAPITALISTA

N.º 17 (SÉRIE II) – MAIO 2019

CALL-CENTERS: NASCEU UMA CT P.04

O TEMPO DA EUROPA DOS POVOS P.07

VOZES DE MAIO

EDITORIAL

VOZES DE MAIO

O mês de maio nasce na certeza e no momento das lutas.

No momento em que escrevemos, ativistas da Climáximo ensaiam um conjunto de ações de ocupação do espaço público, não deixando esmorecer a emergência coletiva da justiça climática. Na invasão em direto de um estúdio de televisão, na incursão às sedes da EDP e Petrogal, na manifestação em frente a uma multinacional de pronto-a-vestir, a Climáximo denuncia a cumplicidade entre os problemas ambientais e a agenda do capitalismo, mostrando que não há luta consequente no quadro da reinante lógica de acumulação. As suas ações multiplicam-se pelas redes sociais, são discutidas por pessoas cada vez mais alertadas para o flagelo ambiental que atravessamos.

Neste mesmo momento, simultaneamente, o Bloco de Esquerda é reconhecido como o partido mais propositivo e empenhado nas questões ambientais ao nível do Parlamento Europeu.

Trata-se de dois momentos distintos, paralelos, mas não confundíveis, concordantes, mas nunca assimiláveis, de ação ativista e de trabalho parlamentar. Cada um deles, sem atropelos e com as suas preservadas diferenças, exemplifica as escalas diversas de um esforço efetivo de transformação em que continuamos empenhados e de onde nunca desertaremos. Não abdicamos de nenhuma forma de luta, de nenhuma representação e de nenhuma conquista. Agora, tal como há 20 anos, recusamos aquartelamentos e não nos contentamos com transformações discursivas.

No ano em que completa 20 anos, o Bloco enfrenta batalhas eleitorais exigentes. Já este mês, temos as Europeias. Se as tendências e as estatísticas se confirmarem, a extrema-direita populista poderá sair reforçada destas eleições, podendo tornar-se a segunda bancada mais numerosa em Bruxelas. Não sendo expectável que o escrutínio em Portugal espelhe esta tendência, é inegável que o fantasma do populismo toma forma nos países centrais e alastra progressivamente ao restante continente. Sem alarmismos, mas cientes do que enfrentamos, importa alargar representação e combater as consequências do medo.

A alternativa constrói-se com proposta política real, que faça a diferença na vida concreta e que se vincule realmente à voz das pessoas. Numa campanha que se adivinha dura e exigente, torna-se necessário demonstrar a repercussão de um possível aumento da representação europeia do Bloco numa política de dia a dia, em que o percurso já feito se consolide em força e em número para benefício de tantos e tantas que já se reveem, em grande escala, no trabalho da Marisa Matias. Contra a legitimação do populismo, do racismo, da les/homo/bi/transfobia, dos discursos generalizados do ódio alimentados pela política suja e pelas *fake news*, cabe-nos assegurar a diferença através de uma política de proposta, em que a afirmação e a celebração democráticas são apoiadas pelas pessoas porque são das pessoas. Cabe-nos a afirmação contra o medo.

Conhecemos, nos últimos tempos, em Portugal, mobilizações populares de relevo, em que vão emergindo novos sujeitos políticos e formas outras de se fazer política à esquerda. Tanto a Greve Feminista do 8M como as Greves Estudantis pelo Clima sugerem novos movimentos, novas emergências e novas gramáticas na luta social. Cabe ler o momento com responsabilidade militante, o que significa antes de mais politizar descontentamentos, reclamar novos discursos e novas práticas a instituições até aqui blindadas à reivindicação democrática e popular. Enquanto força anticapitalista de afirmação de alternativas cabe-nos aceitar esta responsabilidade, trazendo-a para os domínios em que ela se saiba mais consequente. Porque a verdadeira intransigência é responsável e é consequente. Só assim se fará barreira ao oportunismo populista: mostrando-se que em cada construção, em cada vitória, em cada novo alcance se afirma a tal radicalidade que não desiste de nada.

Não desistimos de nada. 20 anos depois cá estamos, com a força de Abril e acolhendo as vozes de Maio, ainda instigadas na canção de Zeca Afonso: «Que a voz não te esmoreça a turba rompeu».

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Vozes de Maio

3 **Debate**
Diversidade e discriminação no cinema

4 **Entrevista**
Sem organização e resistência, não alcançaremos as mudanças necessárias

5 **Internacional**
Para além do 8 de março: rumo a uma Internacional Feminista

6 **Ativismo**
Praxe académica

7 **Europeias**
O tempo da Europa dos Povos

8 **Acontece**
Leituras
Feminism for the 99% - A Manifesto, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser
O Tacão de Ferro, Jack London
Escutas
José Afonso ao vivo, José Afonso

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Andrea Peniche
Adriano Campos
Beatriz Simões
Gabriela Morais
Hugo Monteiro
Nuno André Silva
Tatiana Moutinho
Raquel Azevedo
Rita Gorgulho

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

DIVERSIDADE E DISCRIMINAÇÃO NO CINEMA

NUNO ANDRÉ SILVA

Têm sido vários os debates sobre diversidade no cinema, a maior parte em torno da legitimidade para a representação de personagens e criação de narrativas. O essencial, porém, não tem merecido a devida reflexão: saber se o direito à cultura – nas vertentes de acesso e de criação de bens culturais – é dificultado a determinadas pessoas em função da cor da sua pele, origem ou pertença sociocultural, género ou orientação sexual. A cultura é um pilar fundamental da democracia e expressão máxima da liberdade individual e coletiva; como veículo de participação social, ela constrói espaços no espaço público, reivindicando-o para a realização e projeção de identidades. E o cinema, para além de espelho individual, assume um papel relevante na construção social, sendo fundamental que qualquer pessoa nele se sinta retratada, que aí reconheça locais de expressão, de identificação e de fala.

Será que o cinema tem funcionado como lugar de liberdade, inclusão e diversidade? Por cá, lembramo-nos das comunidades afrodescendentes da periferia de Lisboa representadas nos filmes de Pedro Costa e dos prémios à mestria de Leonor Teles, pelas histórias sobre a presença e sobrevivência das minorias ciganas. Existirão outros exemplos, mas aparecem-nos sempre como exceções no círculo mediático, sendo certo que não existem instrumentos para medir a representatividade e a desigualdade no cinema, em função das características acima referidas.

Já no Brasil, dados recolhidos em 2015 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua[1], traçavam a seguinte composição da população por categorias étnico-raciais[2]: 45,2% classificava-se como *branca*, sendo que os restantes 54,8% identificavam-se noutras categorias (*parda* - 45,1%; *negra* - 8,9% e *amarela* ou *indígena* - 0,8%). Confrontemos agora este quadro com as conclusões do estudo sobre Informe Diversidade de Gênero e Raça nos Lançamentos Brasileiros de 2016, publicado pela Agência Nacional de Cinema, que avaliou as 142 longas-metragens lançadas comercialmente no Brasil em 2016[3]: 75,4% dos filmes foram realizados por homens brancos, 19,7% por mulheres brancas e 2,1% por homens negros; quanto aos argumentos, 59,9% foram escritos por homens brancos, 16,9% por mulheres e homens brancos; 16,2% por mulheres brancas; 3,5% por homens brancos e negros; 2,1% por homens negros – nenhuma mulher negra participou na realização ou no argumento de qualquer filme; por fim, quanto aos atores e atrizes, 81,2% eram brancos/as. O estudo vai mais longe: quando o realizador de um filme é negro, a probabilidade de o argumentista também ser negro aumenta em 43,1% e a de existir mais um ator ou atriz negra aumenta em 65,8%.

Obviamente que a composição da população brasileira, revelada pela Pesquisa Nacional, não tem de se repercutir exatamente da mesma forma em todas as dimensões sociais. Mas no cinema a desproporção é relevante. E se combinarmos estes dados com índices sobre o acesso ao ensino e à formação, literacia, pobreza, habitação ou saúde, é possível concluir que a sociedade brasileira é extremamente desigual e, sobretudo, institucionalmente discriminatória, sexista e racista. E esta desigualdade é amplificada pelo cinema, onde as histórias são escritas, contadas e interpretadas maioritariamente por homens brancos. Uma parte substancial da população brasileira é invisível no espaço público, o que acentua a exclusão social e racial, a estigmatização, a segregação e as relações de poder.

No Brasil, estas análises serviram para informar políticas públicas de promoção da diversidade e inclusão social (por exemplo, apoios financeiros específicos para projetos de mulheres, negros e índios4, que serão certamente abandonados na presidência de Bolsonaro). Embora o contexto social e político da sociedade portuguesa não se assemelhe ao brasileiro, são conhecidas as preocupações das *minorias* em Portugal quanto ao exercício de direitos e acesso a bens fundamentais. O que não temos são as ferramentas para medir desigualdades, sobretudo em função da cor da pele e pertenças "étnico-raciais", facto que impede a adoção de políticas mais eficientes para combater o racismo estrutural e promover a inclusão e a diversidade. É este o passo que precisamos de dar, para assegurar que todos e todas participam ativamente na democracia. E no que ao cinema diz respeito, para que qualquer pessoa tenha espaço para contar e representar as suas próprias histórias.

1 - Dados recolhidos de forma voluntária, anónima e seguindo regras de autoclassificação, publicados em 2016 pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (cf. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf).

2 - As categorias relativas à *origem e/ou pertença étnico-racial* são meramente sociais e nunca biológicas ou genéticas.

3 - Cf. https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_diversidade_2016.pdf

4 - Cfr. https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/aprovadas-cotas-para-mulheres-negros-e-ind-genas-em-edital-para-produ-o

ENTREVISTA

«SEM ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA, NÃO ALCANÇAREMOS AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS.»

ENTREVISTA DE ADRIANO CAMPOS A RAQUEL AZEVEDO

A Armatis é uma empresa de contact-center que emprega mais de 10 mil pessoas em diversos países. Em janeiro de 2019 foi criada a primeira comissão de trabalhadores do grupo no Porto.

QUE MOTIVOS LEVARAM À CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES?

Em primeiro lugar, a grande necessidade de defender e preservar os direitos dos trabalhadores. Sendo que neste caso do setor dos *call-centers* a legislação é escassa, o que impossibilita muitas das vezes uma negociação organizada com as entidades patronais. Estamos a falar de um setor que em Portugal emprega já mais de 50 mil pessoas, na sua grande maioria sujeitas a níveis muito altos de exploração, quer em matéria de horários e direito laborais como no que se refere aos ganhos salariais. Ocorreram avanços importantes nos últimos anos na organização destes trabalhadores. A criação de mais comissões de trabalhadores é um passo fundamental para que essa organização se possa fazer sentir no plano da negociação coletiva, assim como no avanço de um caderno reivindicativo nacional para um setor movido por uma força de trabalho essencialmente jovem e qualificada.

ALGUM DOS TRABALHADORES TINHA JÁ EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES DE TRABALHADORES?

Havia duas pessoas que já tinham estado ligadas a comissões de trabalhadores e a sindicatos, mas não de uma forma muito participativa. Logo, todo este processo foi uma grande novidade para a maioria dos envolvidos. Foi necessário consultar a legislação, falar com ativistas sindicais de outras áreas, estabelecer um calendário, dividir tarefas. No processo, mais trabalhadores se envolveram e manifestaram a sua solidariedade e intenção de participação em ações futuras.

QUE DIFICULDADES ENFRENTARAM NO PROCESSO?

Processos como estes são sempre feitos de avanços e recuos. O esforço de coordenação e comunicação nem sempre é o mais fácil e, muitas vezes, não chega a bom porto. É preciso insistir, sempre. A condição de precariedade objetiva destes trabalhadores faz com que a indisponibilidade e insegurança levem a uma maior inação. A pressão e o desgaste diário da profissão são sempre fatores complicados.

TIVERAM O APOIO DE ALGUM SINDICATO PARA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES?

Não, neste caso foi tudo tratado e feito pelos próprios trabalhadores, havendo, como disse, a ajuda dos que já tinham alguma experiência sindical. Isto não se traduz em nenhum sentimento antissindical, pelo contrário. Esperamos que este primeiro passo possa significar um maior envolvimento nas lutas que abrangem todos os trabalhadores na luta contra a precariedade.

QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

Os próximos passos são de definição do que esta comissão quer junto de todos os trabalhadores, defendendo e batendo-se pela defesa dos direitos laborais, mas também de aproximação com outros trabalhadores, assim como de possíveis sindicatos ligados a este setor. Só assim será possível crescer e fortalecer a defesa das leis laborais e contribuir para a alteração de leis neste setor que possam transformar e melhorar as condições destes e de todos os trabalhadores. No caso do outsourcing, em particular, é necessário um grande combate às práticas fraudulentas usadas pelos grandes grupos para precarizar as condições de trabalho.

A luta no grupo Altice (MEO) já provou que é possível uma maior união entre os trabalhadores do quadro e a enorme mancha de subcontratados. Sabemos que à esquerda há programa e vontade para combater este cenário de precariedade, como sabemos também que o Partido Socialista preferiu aliar-se à direita para manter, no essencial, as leis laborais da troika. Sem organização e resistência dos próprios trabalhadores, não alcançaremos as mudanças necessárias.

Raquel Azevedo, trabalhadora de *call-center* e ativista contra a precariedade

INTERNACIONAL

PARA ALÉM DO 8 DE MARÇO: RUMO A UMA INTERNACIONAL FEMINISTA

Pelo terceiro ano consecutivo, a nova vaga feminista transnacional apelou a um dia de mobilização global no 8 de março: greves legais do trabalho assalariado – como as 5 milhões de grevistas do 8 de março de 2018 em Espanha e as centenas de milhares no mesmo ano na Argentina e em Itália; greves protagonizadas pelos movimentos de base de mulheres sem direitos nem proteção no trabalho, greves ao trabalho de cuidado não pago; greves de estudantes, mas também boicotes, marchas e cortes de estradas.

Pelo terceiro ano consecutivo, mulheres e pessoas queer de todo o mundo mobilizam-se contra os femicídios e todas as formas de violência de género; pela autodeterminação sobre os seus corpos e o acesso ao aborto seguro e legal; por um salário igual para trabalho igual; pela liberdade sexual. Mobilizam-se também contra os muros e as fronteiras; os encarceramentos em massa; o racismo, a islamofobia e o antissemitismo; a expropriação das terras das comunidades indígenas; a destruição dos ecossistemas e as alterações climáticas.

Pelo terceiro ano consecutivo, o movimento feminista dá-nos esperança e a perspetiva de um futuro melhor num mundo em desagregação. A nova vaga feminista transnacional é inspirada pelo Sul, não só no sentido geográfico, mas também político, e é nutrida por cada região em conflito. É por isso que é anticolonial, antirracista e anticapitalista.

Vivemos um momento de crise geral. Esta crise não é apenas económica, ela é também política e ecológica. O que está em jogo nesta crise são os nossos futuros e as nossas vidas. Forças políticas reacionárias crescem e apresentam-se como solução para esta crise.

Dos EUA à Argentina, do Brasil à India, passando por Itália e pela Polónia, governos e partidos de extrema-direita constroem muros e cercas, atacam os direitos e as liberdades LGBTQ+, negam às mulheres a autonomia sobre o seu próprio corpo e promovem a cultura da violação, tudo em nome de um retorno aos "valores tradicionais" e da promessa de proteger os interesses das famílias da etnia maioritária. A sua resposta à crise neoliberal não é resolver problemas desde a sua raiz, mas atacar os mais oprimidos e explorados de entre nós.

A nova vaga feminista é a linha de frente na resistência contra o fortalecimento da extrema-direita. Hoje, as mulheres lideram a resistência aos governos reacionários em inúmeros países. Em setembro de 2018, o movimento "Ele Não" juntou milhões de mulheres que se levantaram contra a candidatura de Jair Bolsonaro, que se tornou um símbolo mundial dos planos da extrema-direita e o catalisador de forças reacionárias na América Latina. Os protestos tiveram lugar em mais de trezentas cidades no Brasil e do mundo inteiro.

Hoje, Bolsonaro trava uma guerra contra os pobres, as mulheres, as pessoas LGBTQ+ e negras. Apresentou uma reforma draconiana da previdência e enfraqueceu as leis de controlo de armas. Os femicídios disparam num país que já em 2018 tinha uma das maiores taxas de femicídios do mundo, sendo que 70% das mulheres assassinadas eram negras. 126 femicídios já ocorreram em 2019.

O movimento feminista brasileiro responde a estes ataques e mobilizar-se-á no 8 e 14 de março, no aniversário do assassinato político de Marielle Franco, na altura em que surgem informações sobre ligações estreitas entre os filhos de Bolsonaro e um dos milicianos responsáveis pelo assassinato.

Da mesma forma, o movimento Non Una Di Meno, em Itália, é hoje o único que se organizou para responder às políticas anti-imigração e misóginas do governo de direita da Liga Norte e do Movimento Cinco Estrelas. Na Argentina, as mulheres lideraram a resistência contra as políticas neoliberais do governo de direita de Macri. E, no Chile, o movimento feminista luta contra a criminalização da luta dos povos indígenas e o machismo sistémico de uma educação muito cara.

O movimento feminista redescobre assim o significado da solidariedade internacional e da iniciativa transnacional. Nos últimos meses, o movimento feminista argentino invocou a "Internacional Feminista" para se referir à prática da solidariedade internacional reinventada pela nova vaga feminista. Noutros países, como em Itália, debate-se, no movimento, a necessidade de encontros transnacionais para melhor coordenar e partilhar pontos de vista, análises e experiências práticas.

Face à crise mundial, de dimensões históricas, mulheres e pessoas LGBTQ+ enfrentam o desafio e preparam uma resposta global. Depois de 8 de março, será o tempo de levar o nosso movimento a dar um passo adiante e convocar reuniões e assembleias internacionais dos diversos movimentos para travar a fundo e deter o comboio do capitalismo global, que se dirige a toda velocidade em direção à barbárie, levando a bordo a humanidade e o planeta.

AMELINHA TELES | ANDREA MEDINA ROSAS | ANGELA Y. DAVIS | ANTONIA PELLEGRINO | CINZIA ARRUZZA | ENRICA RIGO | JULIA CÁMARA | JUPIARA CASTRO | JUSTA MONTERO | KAVITA KRISHNAN | LUCIA CAVALLERO | LUNA FOLLEGATI | MARTA DILLON | MONICA BENICIO | MORGANE MERTEUIL | NANCY FRASER | NURIA ALABAO | PAOLA RUDAN | SONIA GUAJAJARA | TATIANA MONTELLA | TITHI BHATTACHARYA | VERONICA CRUZ SANCHEZ | VERÓNICA GAGO | ZILLAH EISENSTEIN

ATIVISMO

PRAXE ACADÉMICA

GABRIELA MORAIS

A praxe é, no fundo, uma representação da subjugação dos corpos. Não vai só "quem quer". Quem entra na praxe é também x estudante que chega pela primeira vez a uma cidade desconhecida e vê como alternativa não tirar os olhos do chão (em prol de um espaço de integração). Em Portugal, esse espaço de "integração" é experienciado por mais de 70% dxs estudantes.

É certo que a atual difusão da praxe nas faculdades se relaciona com o adormecimento do movimento estudantil no nosso país. Xs alunxs são afastadxs das reivindicações estudantis, intensifica-se o conceito "antipolítico" no pensamento dxs mesmxs e reforça-se uma visão da vida académica como mera preparação para o mundo laboral.

Após o 25 de Abril, a praxe ressurge, em parte, por mão da Juventude Social Democrata (JSD). Não é de estranhar a relação entre a praxe, as juventudes partidárias de direita e as associações de estudantes. Pode dizer-se também que as instituições privadas viram na praxe uma forma de reforçar a sua identidade.

A normalidade de um dia de praxe é a objetificação do corpo da mulher, a homofobia, o racismo e os estereótipos de género. Caloirxs são vendidxs em leilão e compradxs como se fossem mercadoria. Sabemos que xs praxistas fazem pactos de silêncio e que esses pactos de silêncio impedem a punição dos atos violentos. Nesse sentido, é necessário forçar o governo a implementar medidas para travar os crimes que são atirados para debaixo do tapete.

A praxe é também uma instituição que perpetua valores antidemocráticos, a humilhação e a hierarquia. Com a institucionalização destes rituais, criou-se a falsa ideia de "tradição académica" - que sustenta a maior parte dos argumentos de quem praxa. É preocupante xs estudantes do Ensino Superior indicarem como "melhor experiência" a sua presença na praxe e isto comprova que este é um regime de exceção onde a discriminação e a hierarquia são uma diversão. À medida que a praxe construiu a sua hegemonia, a discussão sobre a democracia foi desaparecendo. Hoje em dia, qualquer argumento em defesa da praxe baseia-se na experiência pessoal da sua praxe "boa" e não numa observação crítica sobre o que acontece durante a sua preparação e execução. Cair na falácia argumentativa da praxe "boa" e da praxe "má" é não entender que a praxe nunca mudará a sua genética fascizante.

Os momentos de enfraquecimento de adesão à praxe correspondem aos momentos em que xs estudantes estavam mais preocupadxs em construir uma sociedade de iguais e em combater a guerra colonial e o regime. A luta de hoje deve incidir na disputa cultural e política das universidades. Deve incidir no contorno à perda do poder de decisão nos órgãos de gestão da faculdade. O foco dxs estudantes deve passar pela luta antipropinas, pelo direito à habitação e pela construção de um ensino superior livre, gratuito, crítico e onde todxs tenham voz. É urgente lutar para reativar o movimento estudantil e disputar também o espaço público. Espaços horizontais e de reafirmação da emancipação social são a alternativa ao espaço opressor e misógino que caracteriza a praxe; são a alternativa à aceitação acrítica das relações de poder do sistema capitalista e patriarcal, combatendo o conformismo e esvaziando a hegemonia da praxe.

O TEMPO DA EUROPA DOS POVOS

Marisa Matias

«O euro foi o melhor favor que a Europa fez à Alemanha», reconhece o primeiro-ministro com alguma nostalgia. Pois foi. Ao longo dos últimos vinte anos, seja por condicionamento institucional, como através das regras do Euro e das restrições orçamentais, seja através do ativismo das imposições neoliberais, como por via dos programas de austeridade, agravou-se a divergência entre as diversas economias europeias. Assim, a sustentação democrática de um projeto de convergência foi contrariada pela realidade do poder dos governos mais poderosos da União e pela sua forma de funcionamento.

Mas nada permitiria esperar a confusão e a disputa que se instalou com o Brexit. Lembro que o Brexit resulta de um referendo autorizado e facilitado, se não mesmo estimulado, pelas autoridades europeias para ajudar David Cameron a fazer um ajuste de contas dentro do Partido Conservador britânico. O Conselho Europeu, com o apoio de todos os governos, incluindo o português, aceitou oferecer a Cameron condições ilegais, incluindo contra os direitos de circulação e de trabalho de cidadãos europeus no Reino Unido, para que o primeiro ministro britânico pudesse esgrimir essa concessão perante os conservadores mais isolacionistas. O resultado foi uma derrota para Cameron, o início da desagregação do seu partido e um pandemónio de negociação que se transformou numa vingança e num aviso contra qualquer país que queira sair da União Europeia.

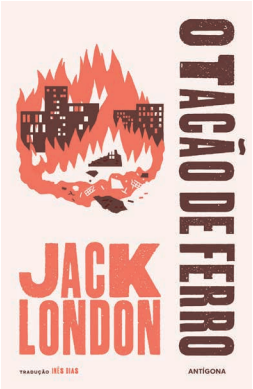
Assim, a UE foi sendo fragilizada e os governos que têm maior peso na União chegam a estas eleições sem soluções, procurando manter os poderes tradicionais. Para Portugal, esta crise arrastada é uma ameaça, tanto nas regras como nos protagonistas. Mesmo que alguns dos seus coautores aceitem agora que o Tratado Orçamental é uma armadilha, o facto é que todos os governos continuam a aceitar a sua autoridade. Pela mesma razão, tanto os socialistas como a direita tradicional apresentam candidatos à presidência da Comissão Europeia que são continuistas: Timmermans vem do partido de Djisselbloem e Weber propôs a aplicação de sanções contra Portugal. Ambos são o retrato da agressividade e da falta de alternativas entre o centro e a direita, que têm arrastado a UE para crises políticas sucessivas e para soluções de austeridade e empobrecimento que estimulam revoltas e descontentamento, ou mesmo a emergência da extrema-direita em diversos países.

Por isso, a candidatura do Bloco de Esquerda não desiste da luta europeia. Procuramos parceiros e formas de cooperação nas esquerdas políticas e sociais que mantêm uma perspetiva internacionalista, que recusam os tratados da austeridade, que enfrentam a política neoliberal e as rendas financeiras, que recuperam a democracia como soberania popular. E apresentamos um programa e uma candidatura que nasce e se enraíza nas lutas sociais, no feminismo e no antirracismo, na democracia sem muros. Na Europa como em Portugal, afirmamos uma esquerda anticapitalista, de combate, aberta e unitária, que é a voz de todas as mulheres e homens que não se resignam a uma obediência que tem multiplicado a crise social e que faz nascer os Trump, os Bolsonaro, os Salvini, os Orbán e outros títeres.

LEITURAS

FEMINISM FOR THE 99% - A MANIFESTO
Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser
88 páginas | 2019,
Verso Books,
PVP: ± 9.50 Euros

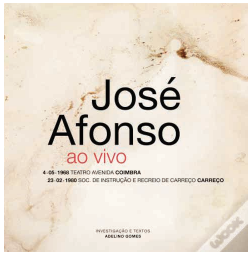
Escrito por três das organizadoras da Marcha Mundial das Mulheres e da Greve Feminista Internacional, este livro denuncia como fracassadas as propostas do feminismo liberal como resposta à desigualdade de género. O feminismo liberal – essa versão do feminismo que coloca a responsabilidade da conquista da igualdade no esforço individual – centrou a sua estratégia no avanço das mulheres do 1%, propagando a ideia de que o rompimento dos "tetos de vidro" era o caminho para melhorar a vida dos 99% e de que a igualdade era possível sem beliscar o capitalismo. Nada mais falso. Os anos recentes, com a emergência de mobilizações feministas massivas por todo o mundo, capazes de redefinir as lutas feministas, antirracistas e ambientalistas de forma criativa e combativa, têm mostrado exatamente o contrário: a falência do feminismo liberal como resposta e a urgência de um levantamento radical e subversivo capaz de erigir uma Internacional Feminista Anticapitalista. Este movimento de repolitização do feminismo exige-nos perceber a relação do patriarcado com o capitalismo e, em consequência, perceber que não é possível a igualdade dentro do sistema que produz a dominação. Este livro representa o manifesto dessa urgência insurgente. Andrea Peniche



O TACÃO DE FERRO
Jack London
312 páginas | 2019 ,
Antígona,
PVP: ± 17.50 Euros

Esta edição do "romance socialista" de Jack London faz-se acompanhar de uma carta de Trotsky a Joan London, que lhe serve de posfácio. Retiramos desta carta um dos elementos que contribui para o interesse da sua leitura: a sua clarividência histórica. Antes das Grandes Guerras, antes da Revolução Russa e da sua capitulação na burocracia estalinista, assistimos a um verdadeiro exercício de antecipação histórica quando nos é descrita a escalada repressiva do regime designado como "tacão de ferro". Pelo punho ficcional de Avis Everhard, companheira do resistente antifascista Ernest Everhard, acompanhamos a escalada de um fascismo oligárquico e da sua ação repressiva, contado com detalhe impressionante "como se tivesse ocorrido". Pelo caminho, vamos testemunhando debates, choques doutrinários, acesas discussões teóricas e estratégicas que caracterizam formas diferentes de se encarar a realidade e a luta política que, na ficção de Jack London, assumem uma dimensão assombrosamente realista. Hugo Monteiro

ESCUTAS



JOSÉ AFONSO AO VIVO (1968/1980)
Livro de capa dura + vinil + 2 CD
Tradissom | 2019, ± 60 Euros

Não se trata apenas da oportunidade de ouvir Zeca Afonso em duas gravações inéditas de dois momentos ao vivo, ainda que esta fosse razão suficiente. Não se resume sequer a sentir o pulsar de dois momentos históricos diferentes, quase opostos, entre Coimbra vigiada pelos esbilros da PIDE, no ano anterior à crise académica de 1969, e o ano de 1980, em que uma Sociedade de Instrução e Recreio de Carreço ouvia um Zeca empenhado em explicar e direcionar politicamente cada uma das suas canções. Trata-se de tudo isto associado ao trabalho de investigação de Adelino Gomes, com fotografias, testemunhos e enquadramentos preciosos para saborear em pleno esta edição, que nos restitui Zeca Afonso em toda a sua riqueza política e musical. Hugo Monteiro

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com** | facebook.com/**redeanticapitalista**
www.redeanticapitalista.net

VAI ACONTECER

FESTIVAL FEMINISTA DO PORTO
Maio | Vários locais da cidade
Dezenas de atividades e debates espalhados por vários locais da cidade.
Mais informações:
facebook.com/festfeminista.porto/

GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL
24 de maio | 10h30
Arcos de Valdevez, Barcelos, Braga, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guimarães, Leiria, Lisboa, Ourém, Pombal, Ponte da Barca, Porto, Sabugal, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Pouca de Aguiar…

ACAMPAMENTO INTERNACIONAL DE JOVENS REVOLUCIONÁRIXS
Segovia | 21-27 de julho